

PROPOSTA DE PROGRAMA DE  
**DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL PARA  
A BACIA DO DESCOBERTO**



Realização:



Colaboração:



## **INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE - IDS**

### **CONSELHO DIRETOR**

Adriana de C. B. Ramos Barreto

Alexandra Reschke

Altair Assumpção

João Paulo R. Capobianco - Vice-presidente

Ricardo Young - Presidente

Roberto Isao Kishinami

Suzana Machado Pádua

[www.idsbrasil.org](http://www.idsbrasil.org)

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE - IABS**

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Luís Tadeu Assad - Diretor Presidente

Lúcio Motta Fonteles - Diretor Administrativo-Financeiro

Jannyne Barbosa - Diretora Técnica

Rafael Oliveira - Diretor Jurídico

Alejandro Muñoz Muñoz - Diretor de Gestão de Projetos

[www.iabs.org.br](http://www.iabs.org.br)

PROPOSTA DE PROGRAMA DE  
**DESENVOLVIMENTO**  
**RURAL SUSTENTÁVEL PARA**  
**A BACIA DO DISCOBERTO**



Brasília, 2019

## TEXTOS

Guilherme Barbosa Checco<sup>1</sup>  
Barbara Rodrigues Riccomini<sup>2</sup>

## REVISÃO

André Lima<sup>3</sup>  
Luís Tadeu Assad<sup>4</sup>  
Carolina Mattar<sup>5</sup>  
Guilherme Barbosa Checco

## ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DE GOVERNO

André Lima

## ARTICULAÇÃO COM PRODUTORES RURAIS

Jorge Artur<sup>6</sup>

## MAPAS

ArcPlan Geoprocessamento<sup>7</sup>

## ESTIMATIVAS DE CUSTOS

Luciano Bonaccini<sup>8</sup>

## COMUNICAÇÃO

Neuza Árbocz<sup>9</sup>

## GESTÃO FINANCEIRA

Lucio Fontelles<sup>10</sup>

## EDITORIAÇÃO

Flávio Silva Ramos (Editora IABS)

## DIAGRAMAÇÃO

Javiera de la Fuente Castellón (Editora IABS)

## COORDENAÇÃO

Guilherme Barbosa Checco

## FOTOS

Dênio Simões/Agência Brasília, Jean Marconi, Senado Federal e Agência Brasil

*<sup>1</sup>Mestre em Ciência Ambiental e Pesquisador do IDS; <sup>2</sup>Mestranda em Análise Ambiental Integrada e Pesquisadora do IDS; <sup>3</sup>Advogado, sócio-fundador do IDS e ex-secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal; <sup>4</sup>Pós Doutor em Gestão de Conflitos Socioambientais e Diretor Presidente do IABS; <sup>5</sup>Bacharela em Relações Internacionais e Coordenadora Executiva do IDS; <sup>6</sup>Produtor Rural orgânico do Descoberto e fundador da Associação de Agricultura Ecológica (AGE); <sup>7</sup>Empresa especializada em serviços de georreferenciamento e análises geográficas e ambientais, integrante da articulação MapBiomas; <sup>8</sup>Engenheiro agrônomo com experiência em projetos de desenvolvimento integrado e sustentável e viabilização de cadeias produtivas agroalimentares; <sup>9</sup>Jornalista e consultora, especializada em soluções para os desafios socioambientais atuais; <sup>10</sup>Diretor Administrativo-Financeiro do IABS.*

Este projeto contou com o apoio financeiro da ONU Meio Ambiente (Contrato SB-001147.06.07-32CPL).

Um conjunto de cinco relatórios subsidiaram a elaboração deste documento final. Todo esse material encontra-se disponível nos sites do IDS e IABS.

Como citar: Proposta de Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Bacia do Descoberto. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade e Instituto Democracia e Sustentabilidade, 2019.



Licença Creative Commons

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

---

# SUMÁRIO

- 04** Objetivo do Projeto
- 05** Apresentação
- 07** Escopo: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável - Descoberto
- 11** A transição é viável
- 17** Cronograma



## OBJETIVO DO PROJETO

O projeto “Proposta de plano de ação para o programa de desenvolvimento rural sustentável para a bacia do Alto Descoberto” tem como objetivo contribuir com a segurança hídrica e alimentar do Distrito Federal a partir de investimentos em infraestrutura verde e manejo adequado do solo na área da bacia do Alto Descoberto, incentivando a produção agrícola e atividades de turismo em bases sustentáveis.

---

# APRESENTAÇÃO

A bacia do Alto Descoberto é o principal manancial do Distrito Federal, local de onde a Caesb, empresa de saneamento, capta água para abastecer 65% da população distrital. Trata-se de uma área predominantemente rural e com uma relevância ambiental significativa, onde existem 5 Unidades de Conservação. Os recursos hídricos da bacia cobrem e abastecem os territórios do Distrito Federal e do estado de Goiás.

A ocupação da região teve início na década de 1960 a partir da estratégia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de construir um cinturão verde para o Distrito Federal, fazendo com que colônias de agricultores se instalassem na área, a exemplo da criação do Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão (PICAG). A região era estratégica uma vez que apresentava boas condições de solo e relevo, além de disponibilidade hídrica para a prática agrícola. Ademais, a existência de um mercado consumidor próximo também representava um fator positivo para a produção de alimentos naquela região.

A relevância agrícola da bacia do Descoberto se traduz nos dias de hoje em um cultivo anual da ordem de **5,2 MIL TONELADAS DE MORANGO, 9,5 MIL TONELADAS DE GOIABA, 2,8 MIL GRÃOS DE MILHO**, uma produção significativa de carne e leite bovinos, além de outras culturas e cultivos agropecuários.

Atualmente, a característica rural e os serviços ecossistêmicos da bacia do Descoberto enfrentam alguns desafios. O avanço desordenado da ocupação urbana representa a principal ameaça ao uso do solo. Enquanto em 2000, a ocupação urbana representava 4% de toda a área, em 2016 essa participação havia aumentado para 17,6%. O parcelamento irregular e grilagem de terras públicas também avançam sobre a região a uma velocidade rápida.

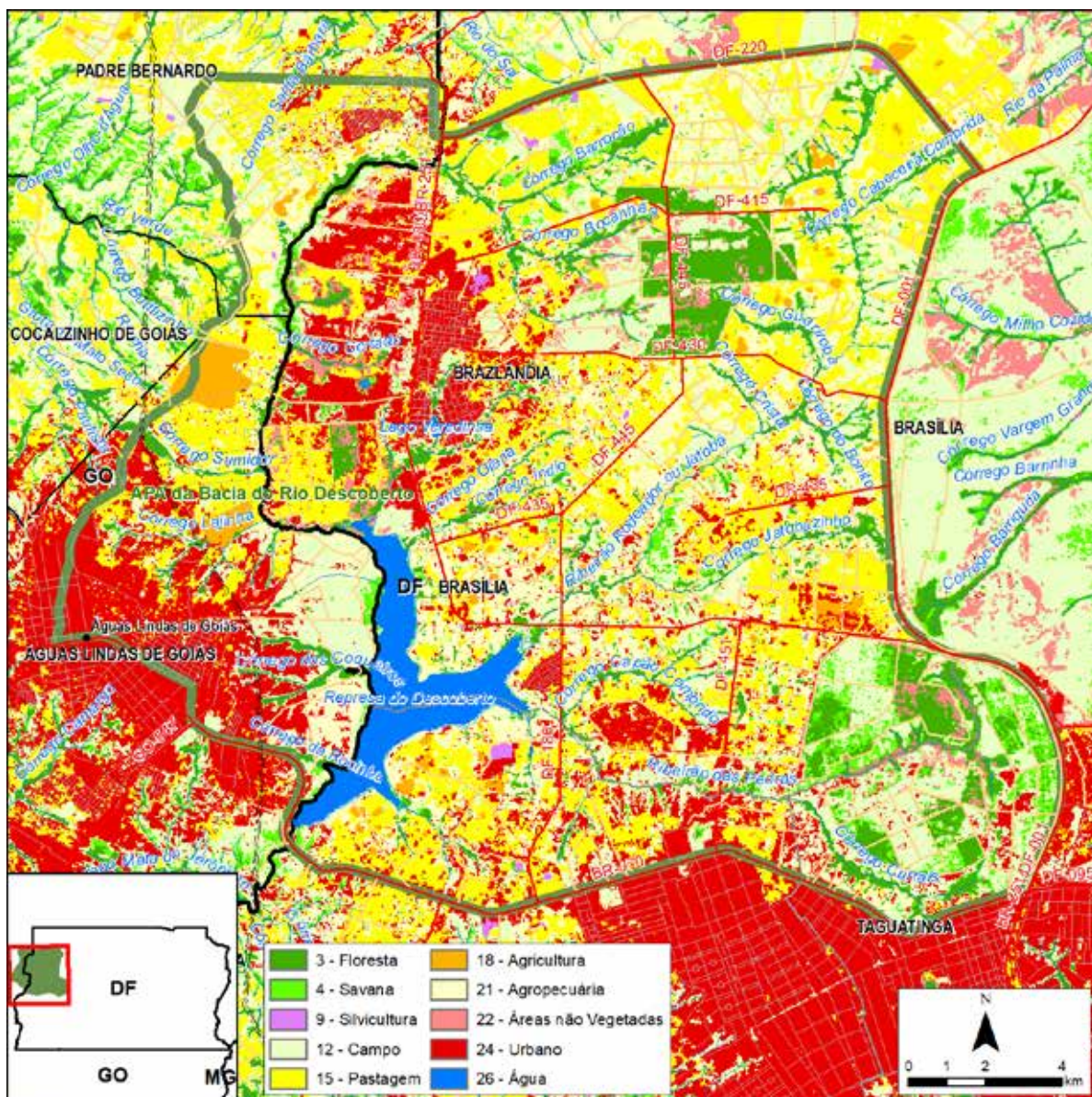
A crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal exacerbou outro elemento crucial para a sustentabilidade local: os usos múltiplos da água e sua utilização de forma eficiente, evitando os desperdícios e usos perdulários. Nesse caso, existe o desafio de harmonizar a equação que, de um lado, observa o princípio da prioridade da água para o abastecimento humano e, de outro lado, considerar que **OS AGRICULTORES SÃO OS GUARDIÕES DA BACIA** e se eles não tiverem condições de produzir, a área corre sério risco com a expansão urbana desenfreada e perder sua característica de ser uma fonte de água.

Tais desafios, entretanto, podem ser superados. As referências exploradas ao longo deste projeto indicam que é possível avançar em direção a uma produção rural pujante, sustentável, que gere renda para as famílias locais e que garanta a capacidade natural de produção de água para seus usos múltiplos. Os exemplos de **NOVA YORK E MUNIQUE** representam inspirações de programas de longo prazo e bem estruturados, com forte protagonismo dos produtores rurais e a viabilização de diferentes instrumentos econômicos para suportar os investimentos necessários. Os trabalhos desenvolvidos no município de **EXTREMA**, na **BACIA DO PIPIRIPAU** e o **PROGRAMA CULTIVANDO ÁGUA BOA** também são referências a serem consideradas, para o apoio técnico e financeiro aos agricultores.

A estimativa de custo apresentada para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da bacia do Descoberto (PDRS) é de R\$539 milhões para um período de no mínimo 10 anos. O mapeamento das fontes financeiras disponíveis demonstrou que é possível viabilizar estes recursos, seja a partir da tarifa de saneamento, de investimentos e compras públicas, de recursos da cobrança pelo uso, de editais, fundos nacionais e internacionais, linhas de créditos, entre outros.

O PDRS do Descoberto se traduz em uma estratégia central de **SEGURANÇA HÍDRICA E ALIMENTAR** para todo o Distrito Federal e parte do estado de Goiás. Garantir a característica predominantemente rural da bacia, apoiar e incentivar práticas de manejo do solo e da água mais inovadoras e sustentáveis e contribuir para a geração de renda local merecem estar no topo da lista das preocupações dos governantes e da sociedade que depende da água e alimentos ali produzidos.

## USO E COBERTURA DO SOLO NA BACIA DO ALTO DESCOBERTO (2016)





---

## **ESCOPO: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – BACIA DO DESCOBERTO**

As propostas que integram o escopo do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a bacia do Alto Descoberto foram construídas a partir de uma estratégia, que considera tanto a agricultura convencional, melhorando suas práticas, produtividade e eficiência, quanto incorpora o avanço da agroecologia e a agricultura orgânica na região. A perspectiva agrícola considerou igualmente as condições para que esse objetivo seja alcançado, desde a infraestrutura necessária (estradas rurais com boas condições, energia), prevenção de incêndios rurais, apoio técnico para melhoria na produtividade e eficiência produtiva, novas tecnologias de produção, manejo do solo e da água (reaproveitamento de águas de chuva, gotejamento) e incentivos financeiros aos produtores rurais que aderirem às regras do programa.

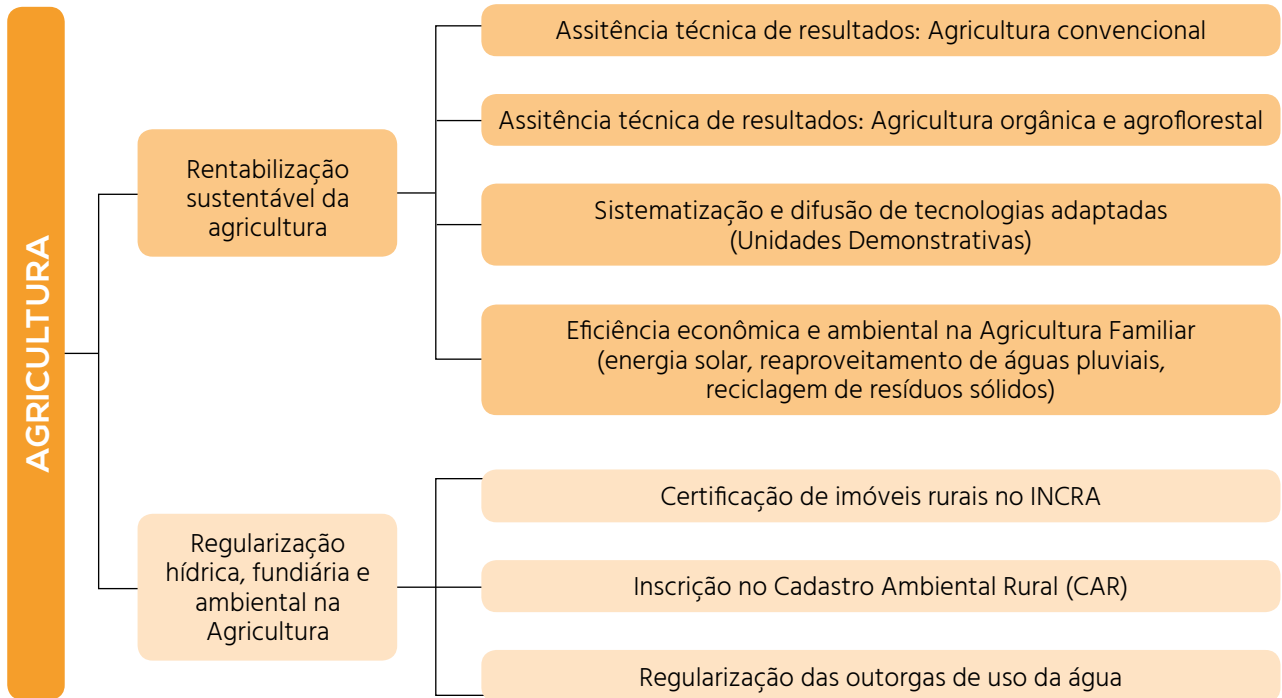
Ademais, também é proposto um plano de ação para conter a expansão urbana e promover a regularização hídrica, fundiária e ambiental. As diretrizes do novo Código Florestal são premissas importantes para o sucesso do programa, desde o Cadastro Ambiental Rural, até as adequações do ponto de vista de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais (RLs). A regularização das outorgas de direito de uso dos recursos hídricos também é um elemento central para o pleno desenvolvimento da bacia, de modo que a agência reguladora faça um trabalho proativo e considere no âmbito do princípio dos usos múltiplos a fundamental importância da agricultura para a saúde da bacia e a produção hídrica no DF. O PDRS propõe um mutirão de modo que o poder público apoie ativamente e auxilie os pequenos e médios agricultores a se regularizarem.

A estruturação do ecoturismo e turismo local também foi incorporada ao escopo do Programa, representando uma possibilidade de geração de empregos, renda e desenvolvimento sustentável da bacia.











O sucesso do Programa para o Descoberto, à luz das experiências estudadas, envolve o desenvolvimento de uma estratégia robusta de comunicação, que aborde desde questões de comercialização, com selos e certificados de origem, até educação ambiental e a aproximação entre as realidades urbano-rural. Ou seja, um reconhecimento e valorização financeira e não financeira dos serviços prestados na bacia. Brasília precisa conhecer, reconhecer e apoiar o desenvolvimento rural sustentável no Descoberto.

A seguir são apresentados os eixos da proposta do PDRS Descoberto – Agricultura; Meio Ambiente; Infraestrutura/ Segurança Hídrica; Comunicação; e Turismo.

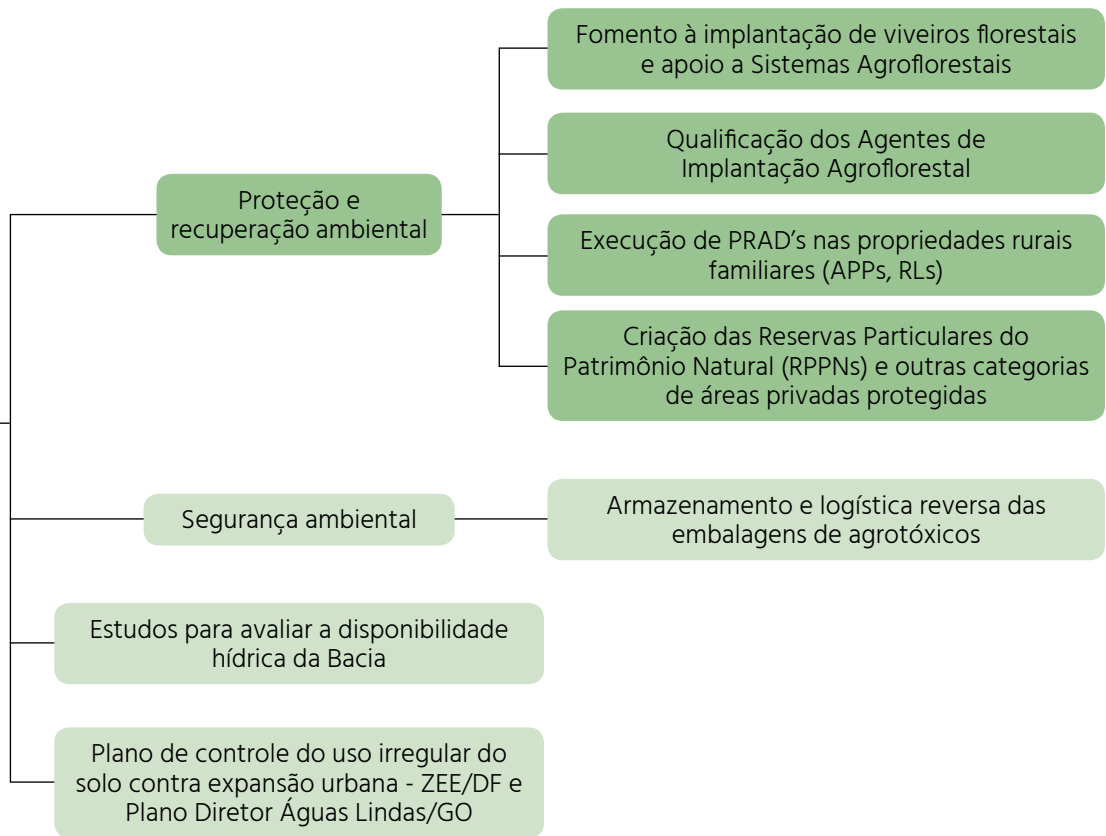
## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DESCOBERTO

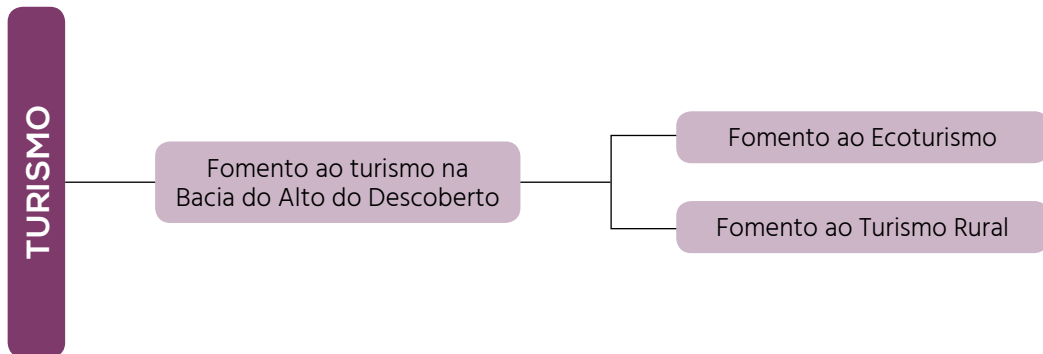
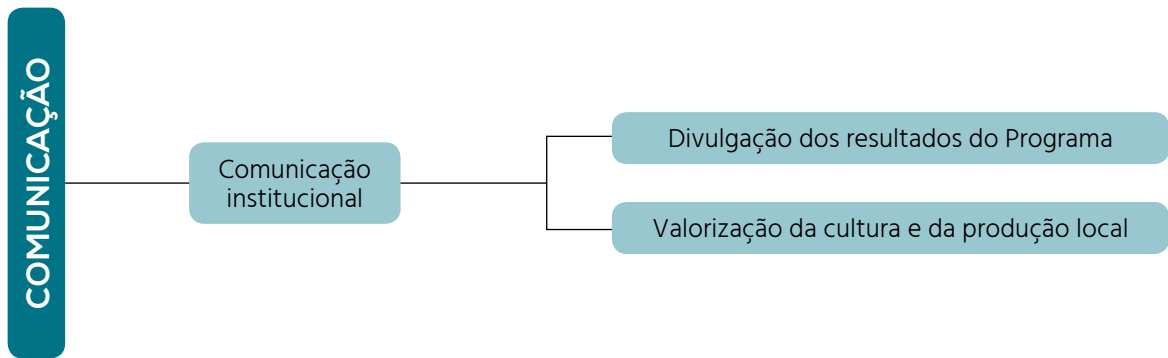
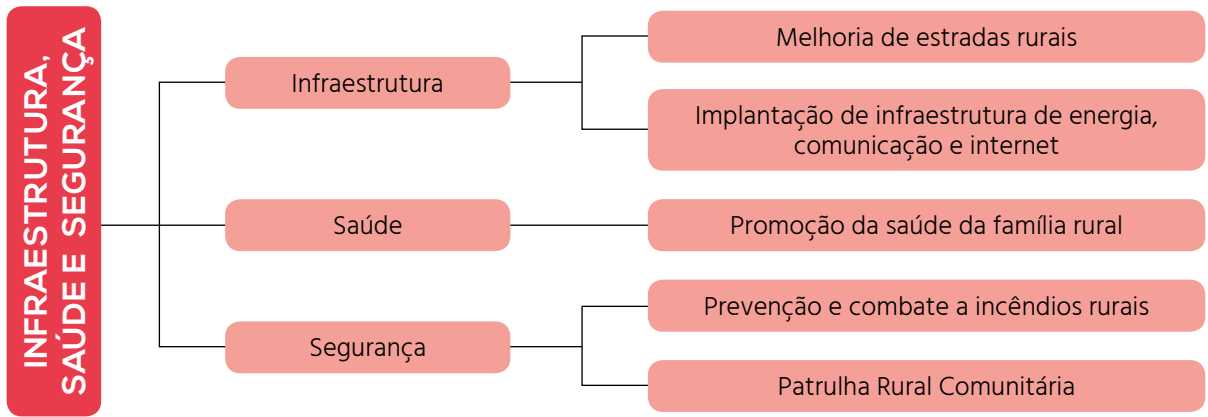


O escopo proposto considera ainda, especificamente na ação de rentabilização sustentável da agricultura, a implantação de 19 Unidades Demonstrativas.

-  Agricultura: Adubação verde; Mandioca; Milho
-  Fruticultura orgânica: Banana; Goiaba; Morango; Limão
-  Horticultura orgânica: Alface
-  Apicultura: Abelhas europeias; Abelhas sem-ferrão; Mel
-  Avicultura orgânica: Corte; Ovos
-  Bovinocultura de leite: Pastejo rotativo
-  Piscicultura: Tilapicultura consorciado
-  Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
-  Sistema Agroflorestal
-  Meio Ambiente: Recuperação de APP e RL; Tratamento de esgotos por Zonas de Raízes

## MEIO AMBIENTE





## A TRANSIÇÃO É VIÁVEL

O sucesso do PDRS Descoberto deve considerar igualmente a viabilidade das mesmas, seja do ponto de vista da governança e institucionalização/operacionalização do programa, como também a partir da ótica financeira.

Construir um processo de transição para uma agricultura sustentável e de baixo carbono, apoiar e incentivar o desenvolvimento rural sustentável na bacia do Descoberto envolve uma multiplicidade de atores. Ao longo deste trabalho grande parte deles foi citada. Os órgãos gestores das Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, as agências reguladoras de recursos hídricos e saneamento, as empresas de saneamento, as secretarias de meio ambiente e agricultura, as empresas públicas de apoio técnico rural, os comitês de bacia hidrográfica, as associações de produtores rurais, todos precisam participar dessa governança.

As experiências exploradas nesse trabalho que obtiveram sucesso demonstram que o poder público precisa liderar o processo de construção do programa, determinando metas e regras de operação, viabilizando recursos financeiros e apoio técnico. Entretanto, um alto grau de protagonismo dos atores locais, em especial os agricultores, representa um elemento central para o bom andamento dos trabalhos.

Do ponto de vista financeiro, as estimativas realizadas apontam a necessidade de um aporte mínimo da ordem de R\$539 milhões ao longo de no mínimo 10 anos. As fontes de recursos financeiros mapeadas indicam que existe recurso disponível para apoiar um trabalho com este escopo. Cada uma das fontes mapeadas apresenta graus diferentes de viabilidade. O orçamento público, por exemplo, depende apenas de vontade política. A destinação de parte do ICMS depende de critérios a serem criados e de uma formulação legislativa inovadora, inspirada no que já existe há décadas em praticamente todos os estados, adaptando o conceito à condição jurídica “distrital” do DF. A tarifa de saneamento depende de um debate sério e que reconheça o papel da infraestrutura verde na produção de água e de uma inovação implementada pela agência reguladora. A cobrança pelo uso ainda precisa ser debatida com os produtores rurais no CBH Paranoá que apesar de serem usuários também são produtores de água e guardiões do uso rural e da proteção contra a expansão desordenada do solo. E, por fim, uma diversidade de linhas de crédito e financiamento também está disponível ou podem ser criadas ou fortalecidas no DF a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Rural que deve oferecer mais recurso competitivo para várias ações como inovação tecnológica em eficiência hídrica na irrigação.

### **INSTRUMENTOS ECONÔMICOS QUE PODEM VIABILIZAR O PROGRAMA:**

Orçamento do DF;  
ICMS Ecológico;  
Compensação Financeira;  
Compensação Ambiental;  
Cobrança pelo Uso da Água;  
Tarifa de Água e Esgoto;  
Programa Produtor de Água  
(ANA);

BNDES;  
BRB;  
BID;  
Fonplata;  
Global Environment Facility;  
International Climate Fund;  
PROGETUR.

## DIRETRIZES

As diretrizes apresentadas aqui consideram como propósito elencar algumas etapas importantes para a construção e implementação do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como propor um cronograma de atuação.

### 1. Eleições 2018

O contexto político-eleitoral de outubro de 2018 pode ser considerado uma oportunidade para a população local do Descoberto identificar os candidatos que compreendem e se comprometem com os desafios da bacia e tenham propostas efetivas.

As eleições deste ano abrangem tanto o arranjo político federal quanto estadual e distrital, com candidatos para o Executivo e Legislativo. Vale lembrar que, considerando o contexto do Descoberto, todas estas esferas de poder têm competência e possibilidade de contribuir para o desenvolvimento local, uma vez que, se trata de uma área com águas federais, na divisa de território de dois entes federativos, com demandas multissetoriais, necessidades de novos arranjos legais e a execução de políticas públicas que impactem a realidade do dia-a-dia.

Alguns avanços político-institucionais são necessários para alcançar o objetivo de estimular e induzir o desenvolvimento rural sustentável para a bacia do Descoberto, considerando a região enquanto produtora de água e alimentos e identificando nos produtores rurais um parceiro estratégico. Tais avanços como, por exemplo, viabilizar instrumentos econômicos ou construir a governança necessária para o desenvolvimento do programa de desenvolvimento da bacia, só serão possíveis com apoio político.

Dessa forma, uma etapa de curtíssimo prazo para a estratégia do Descoberto é apresentar essa proposta aos candidatos nas eleições de 2018.

### 2. Articulação intra e intergovernamental

Uma etapa elementar para a estruturação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a bacia do Descoberto é a organização e aproximação entre os diferentes órgãos, dos diferentes níveis de governos, de modo a tomar as decisões de maneira alinhada. Considerando a região limítrofe entre o Distrito Federal e o estado de Goiás, e o fato das águas do Descoberto serem de dominialidade federal, a princípio, esses três atores teriam de estar articulados entre si.

No caso do exemplo de Nova York e seu programa nos mananciais de Catskill/Delaware a iniciativa foi liderada pelo departamento de saneamento da prefeitura, responsável pela prestação do serviço de saneamento. O órgão se articulou junto à Secretaria de Estado de Agricultura para então construir uma estratégia de diálogo com os produtores rurais.

Ainda que o protagonismo deva ser dos agricultores, o impulso para organizar e viabilizar um programa tem de ser capitaneado por algum órgão de governo que assuma essa liderança. Considerando a realidade do Descoberto, é natural pensar em alguns órgãos tais como ANA, Secima/GO, Sema/DF, Seagri/DF, Emater/DF, Caesb, Adasa, Saneago e Embrapa.

Para que essa articulação se torne realidade, pode-se pensar em identificar iniciativas já em curso, de modo a fortalecê-las e não sobrepô-las. Possivelmente, algum arranjo institucional que reúna estes atores pode ser aproveitado, com a condição de tratar especificamente de um programa de desenvolvimento de longo prazo, com uma natureza abrangente, considerando os desafios da ocupação do território, da produção agropecuária e que consiga viabilizar diferentes instrumentos econômicos que suportem as necessidades econômicas da bacia. Entre outros, a Aliança pelo Descoberto, lançada recentemente em

março de 2018, deve ser considerada, ainda que sua missão atualmente seja limitada à preservação e recuperação ambiental da bacia.

Essa etapa poderia avançar no final de 2018 e começo de 2019, logo após a definição do cenário pós-eleitoral.

#### **4. Diálogo Rural-Urbano**

O meio rural do Distrito Federal oferta itens essenciais à vida urbana, entre eles, água e alimento. Uma aproximação entre o mercado consumidor e o mercado produtor é essencial para construir um programa de desenvolvimento. Esse movimento deve ser estimulado pelos órgãos de governo ligados à área de desenvolvimento econômico, aproximando-se das empresas que atuam na bacia do Descoberto e os agentes locais, entre eles, os próprios agricultores.

É desejável que uma estrutura de governança para o programa de desenvolvimento local seja estruturada, um comitê, com os principais atores, a função de cada um e a distribuição de poder entre as diferentes representações.

Esse diálogo rural-urbano tem condições de começar a acontecer já no primeiro semestre de 2019 e terá como competência construir efetivamente as ações do programa de desenvolvimento, desde a identificação de áreas prioritárias, o fortalecimento da produção rural, plano de comunicação com a sociedade e a própria estratégia de comercialização dos produtos.

#### **5. Estratégia de comunicação**

Concomitantemente ao início do diálogo rural-urbano, logo no início da construção do programa propriamente dito, é também necessário elaborar uma estratégia de comunicação.

**POR QUE O DESCOBERTO É IMPORTANTE?**

**O QUE É UMA REGIÃO DE MANANCIAL?**

**QUAIS AS CONDIÇÕES PARA GARANTIR A SEGURANÇA HÍDRICA?**

**QUAL O PAPEL DO PRODUTOR RURAL NAQUELA REGIÃO?**

**QUAIS OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL?**

**QUAIS OS BENEFÍCIOS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA?**

**QUAL A RELAÇÃO ENTRE FLORESTA E ÁGUA?**

**SE NÃO INVESTIRMOS NO DESCOBERTO HOJE, QUAIS OS CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS?**

Essa etapa do trabalho é central para o sucesso do programa, uma vez que permitirá que a sociedade e todos os agentes envolvidos, compreendam a importância do Descoberto, as suas necessidades e desafios.

Essas e outras perguntas precisam ser esclarecidas e projetadas em uma estratégia de comunicação que permita informar de maneira clara e simples suas respostas.

## 6. Programa Piloto

O trabalho efetivamente no campo tem condição de ser iniciado ao longo do 2º semestre de 2019, com os recursos institucionais e orçamentários disponíveis. De todo modo, um esforço concentrado de captação de novos recursos precisa ser desenvolvido por instâncias competentes para tanto.

As ações de conservação e restauração ambiental, com apoio técnico aos proprietários rurais para adequação às regras do Código Florestal e suporte também dos órgãos gestores das Unidades de Conservação, serão essenciais para garantir a sustentabilidade do programa.

As ações voltadas à produção rural sustentável, instalando as unidades demonstrativas, com apoio da Emater e da Embrapa, permitirão aliar à questão ambiental o componente econômico garantindo a eficiência econômica-ambiental e gerando renda para garantir a condição rural da bacia, seguindo regras de manejo do solo e da água adequados para a preservação da capacidade produtora de água do Descoberto.

## 7. Certificadora e selos

A estratégia de adequação e valorização dos produtos gerados no Descoberto, inclusive sob o ponto de vista da articulação com agentes privados locais e comunicação com a sociedade urbana consumidora, deve considerar uma linha de atuação de certificação dos produtos agroecológicos e orgânicos, valorizando-os em relação à percepção social e também economicamente.

Outra possibilidade a ser considerada é criar um selo específico para o Descoberto. O selo foi uma das ações implementadas no contexto do programa de desenvolvimento do manancial de Catskill/Delaware em Nova York, definindo um conceito de "territoire" ou garantia de origem.

Essa ação deve considerar o fortalecimento e expansão do potencial já instalado localmente no Descoberto como, por exemplo, o trabalho em fase de implementação pela Associação de Agricultura Ecológica (AGE), uma das pioneiras na agricultura orgânica no Distrito Federal.

## 8. Compras públicas

Um dos principais instrumentos econômicos que podem viabilizar, já no curto prazo e sem grandes impactos orçamentários, o programa de desenvolvimento rural do Descoberto é a compra pública por parte do governo do Distrito Federal e dos governos municipais e estadual do lado de Goiás. As compras públicas de alimentos já realizados por estes entes, direcionadas, por exemplo, para as escolas públicas, poderiam priorizar e fortalecer as iniciativas que tiverem aderido às regras do programa.

Como se trata de um desembolso já previsto nos orçamentos públicos, não haveria necessidade de se criar um novo gasto. Pode haver uma revisão dos critérios para considerar a origem dos produtos rurais em áreas produtoras de água e mananciais, como é o caso do Descoberto. Esse instrumento, portanto, não enfrentaria grandes dificuldades de ser viabilizado, de modo que é possível planejar sua disponibilidade a partir do início de 2020, quando as primeiras unidades demonstrativas já estarão colhendo parte de sua produção, e deveria se manter ativo ao longo de todo programa, inclusive com a possibilidade de que seja expandido para demais áreas de mananciais.

Mais uma vez, essa foi uma estratégia adotada nos casos dos programas de desenvolvimento das áreas de manancial de Nova York e Munique.





## 9. Revisão tarifária da Caesb

A próxima revisão tarifária da Caesb deverá ser concluída em 2020, quatro anos após o último processo que permite rever toda a metodologia de custo e estrutura do funcionamento da tarifa de saneamento. Assim sendo, estima-se que ao longo dos anos de 2019 e 2020 haverá um debate profundo sobre as novas possibilidades de pensar a tarifa de saneamento no Distrito Federal. Esse processo, coordenado pela Adasa, prevê legalmente momentos de participação social, tais como audiência e consulta pública.

Os exemplos explorados ao longo deste trabalho demonstram que é possível e desejável incluir na precificação da tarifa aportes financeiros para as regiões de mananciais, de modo a promover iniciativas que garantam a perenidade e segurança hídrica. Considerando estas referências e a situação dos mananciais do Descoberto, é importante que essa possibilidade faça parte das possibilidades de inovação da tarifa aplicada pela Caesb.

Conforme demonstrado, a tarifa da Caesb tem um potencial de gerar recursos financeiros relevantes para suportar os investimentos necessários no Descoberto. Algo em torno de R\$ 25 milhões por ano, caso 1,5% da tarifa seja destinado para investimentos em mananciais, com um impacto da ordem de R\$ 2/mês na conta dos consumidores.

O fato de o Descoberto ser o principal manancial de abastecimento do Distrito Federal, responsável por prover água para 65% da população da capital do país, indica a necessidade de articulação entre o setor de saneamento com as demais realidades da bacia, entre elas a parte ambiental, de recursos hídricos e agricultura.

Além do elemento puramente técnico-econômico, a inclusão de um dispositivo dessa natureza está atrelada à estratégia de comunicação do programa de desenvolvimento rural sustentável da bacia, bem como de esforços dos órgãos de governo, em especial da Adasa, de esclarecer à sociedade a importância

desse investimento, de modo que o cidadão comum reconheça o valor e a importância de determinadas condições para que ele tenha acesso à água.

A Caesb é a principal captadora de água do Descoberto, e tem uma capacidade institucional muito forte, de modo que deve ser uma parceria estratégica para o programa.

## 10. Avaliação das metas

Uma das condicionantes do governo, em contrapartida a uma maior liberdade de tomada de decisão dos agricultores ao longo da construção do programa, pode ser o estabelecimento de uma meta mínima de adesão ao final de 5 anos de projeto.

## 11. Fase 2 do Programa

Após 2 anos do início do programa piloto, com as intervenções ambientais e as unidades demonstrativas produtivas, é desejável que o projeto aumente seu escopo.

Ao avaliar os erros e acertos a abrangência do programa pode ser aumentada para um território maior que a bacia do Descoberto. Espera-se que os avanços da iniciativa impulsionem o interesse de novos produtores a integrar o programa. Incluir novas ações e novos produtores no programa exige viabilizar novos instrumentos econômicos que permitam aportar recursos suficientes para as necessidades, inclusive fundos internacionais (a fundo perdido ou mesmo crédito).



# CRONOGRAMA

	2º sem/ 2018	1º sem/ 2019	2º sem/ 2019	1º sem/ 2020	2º sem/ 2020	1º sem/ 2021	2º sem/ 2021	1º sem/ 2022	2º sem/ 2022	1º sem/ 2023	2º sem/ 2023
Eleições 2018	■										
Articulação governamental		■									
Diálogo rural-urbano		■	■								
Estratégia de comunicação		■	■	■							
Certificadora e selos			■	■	■						
Compras públicas				■	■	■	■	■	■	■	■
Fase 1 - Programa piloto			■	■	■						
Revisão tarifária Caesb			■	■							
Fase 2 do Programa						■	■	■	■		
Eleições 2022									■		
Avaliação das metas					■						■

